



Valor Econômico - 30 Abr 2004

Para empresas, investimento em energia ainda é incerto

Empresários e economistas reunidos ontem em um seminário em São Paulo mostraram-se pessimistas quando aos avanços dos investimentos em infra-estrutura no país. As críticas sobre as indefinições regulatórias, nas agências e no setor elétrico, voltaram à tona, assim como aquelas às dificuldades de crédito para o setor de construção civil.

Em apresentação no seminário "Perspectivas da economia brasileira", organizado pela consultoria Tendências, o presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (Cbiee), Cláudio Sales, criticou o novo modelo do setor elétrico. Para ele, a centralização das decisões no Ministério de Minas e Energia não garante que haverá maior eficiência e redução no preço das tarifas ao consumidor.

Sales afirmou que objetivo do governo federal de se ter tarifas de energia mais baratas está sendo implementado de forma "desastrosa". Ele argumenta que o foco para a redução tem sido apenas o "ataque" às margens de lucro das distribuidoras, que representam, segundo os cálculos da Cbiee, 25% de todo o faturamento do setor de energia elétrica.

Por outro lado, ressaltou o executivo, nada se fez para a diminuição dos custos com os tributos, que englobam 40% do faturamento, e dos gastos operacionais, onde se usa 35% dos recursos. Para ilustrar seus argumentos, Sales apresentou dados que mostram o aumento da participação dos setores de energia elétrica, telefonia e combustíveis na arrecadação dos Estados. De 2002 para 2003, a participação do ICMS arrecadado com estes setores nas unidades da Federação passou de 39,5% (R\$ 48,4 bilhões) para 42,2% (R\$ 50,2 bilhões)

O presidente da Cbiee criticou ainda o projeto de lei para as agências reguladoras. "Há claramente uma captura das agências pelo Executivo". Segundo ele, a definição dos mandados independentemente da indicação da Presidência foi uma mudança positiva no projeto. Mas a introdução dos contratos de gestão entre as agências e os ministérios é uma forma de controle, diz Sales. Outro sinal de ingerência seria a figura do ouvidor nas agências reguladoras. "É uma espécie de espião do governo".

Para o ex-secretário de Recursos Hídricos de São Paulo e sócio da Método Engenharia, Hugo Marques da Rosa, a construção civil é um dos setores chave para o crescimento econômico. Além de ser um dos grandes geradores de emprego, esse setor possui um efeito multiplicador na economia, graças ao volume de matéria-prima que adquire.

O PIB da construção civil amargou uma queda de 8,6% no ano passado. O nível de atividade do setor é hoje próximo ao de 1990. Na opinião de Rosa, existem fortes entraves para o desenvolvimento da construção. Ele cita alguns: lentidão na aplicação de financiamento internacional, inadimplência do setor público, obras paradas por questões ambientais.

"Para reativar o setor de construção civil, é necessário reduzir as taxas de juros, modernizar as instituições decisórias, estabilizar as regras, segregar os riscos e garantir a executabilidade dos contratos", afirma Rosa.

Para o ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco, o estímulo ao crescimento econômico também passa pela reforma do sistema de financiamento habitacional no Brasil. Franco salientou que o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI) vem ganhando importância em detrimento do Sistema de Financiamento Habitacional (SFH). O valor de financiamentos do SFI atingiu, em 2003, um terço do SFH. "É preciso ter clareza do impacto que o SFH tem na economia", afirmou Franco. "O mecanismo de financiamento habitacional advém de imposto sob o crédito. Os bancos fazem o repasse de custo, o que tem impacto no spread", completa.